

**ANEXO 04 – MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO N.º \_\_\_\_/2026**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (TR) E SEUS ANEXO. A COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA E A EMPRESA**

\_\_\_\_\_.

**CONTRATANTE:** A **COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA**, autoridade portuária constituída sob a forma de empresa pública federal, com sede na Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, nesta Cidade do Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob nº 14.372.148/0001-61, a seguir denominada **CODEBA**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente da CODEBA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e pelo(a) Diretor(a) da área Administrativa e Financeira da CODEBA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

**CONTRATADA:** A empresa ....., com sede na ....., CNPJ nº ....., neste ato representado por....., inscrito no CPF nº ....., do representante da empresa na forma indicada em seu contrato/estatuto social daqui por diante denominada por **CONTRATADA**.

As partes acima identificadas celebram o presente contrato para a prestação dos serviços de que trata a Cláusula Segunda - **DO OBJETO**, com fundamento no processo administrativo Processo SEI Nº 50903.000148/2026-96, mediante as cláusulas e condições seguintes deste Contrato, do qual serão partes integrantes o Pregão Eletrônico nº 90015/2026 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de \_\_/\_\_/2026.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO**

1.1. A lavratura do presente contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 90015/2026, regulando-se pelas cláusulas contratuais que o integram e pelas seguintes disposições normativas:

- a) Lei n.º 13.303/2016 – Estatuto da Empresa Estatal;
- b) Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Micro e Pequena Empresa (ME-EPP);
- c) Lei nº 12.846/2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- d) Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, disponível no endereço eletrônico [www.codeba.gov.br](http://www.codeba.gov.br);

- e) Decreto nº 8.945/2016: Regulamentação da Lei das Estatais;
- f) Decreto nº 8.538/2015- Regulamentação da LC 123/06 (ME-EPP);
- g) Demais normas pertinentes ao objeto do contrato.

1.2. Este contrato está em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 90015/2026.  
1.3. E seus anexos, com o Termo de Referência e com a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de XX/XX/XXXX, para que a vinculação da contratação seja com o Termo de Referência, edital e seus anexos, ainda que não mencionado, e proposta, independente de transcrição;

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. Contratação de serviços continuados de vigilância e segurança armada e desarmada, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência (TR) e seus Anexos.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1. O regime de execução dos serviços contratados será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS**

4.1. Na execução do serviço a que se refere este TR, deverão ser observados, pelas partes, os seguintes prazos:

4.2. **De execução do serviço: 12 (doze) meses**, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

4.3. **De vigência contratual: 13 (treze) meses**, contado da assinatura;

4.4. **Do início da etapa de execução: 20 (vinte) dias** contados da emissão da Ordem de Serviço;

4.5. **Da certificação da nota fiscal para pagamento: até 05 (cinco) dias úteis** a contar da entrega ao Fiscal;

4.6. **Do pagamento: até 30 dias corridos** a contar da certificação do título de crédito pelo Fiscal do Contrato;

4.7. **Da apresentação da Garantia Contratual: até 10 dias corridos** a contar da publicação do Contrato em extrato no DOU; e

4.8. **Da entrega da Ordem de Serviço: até 10 dias corridos** após a assinatura do contrato.

4.9. O Contrato terá vigência por 13 (treze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada até o limite de 5 (cinco) anos, após a verificação da real necessidade e com vantagens para a CODEBA na continuidade do contrato, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, podendo ser alterado, exceto no tocante a seu objeto;

4.10. A prorrogação do contrato será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da esfera Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a CODEBA;

4.11. A prorrogação do contrato, quando vantajosa para a CODEBA, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da Consultoria Jurídica do órgão CONTRATANTE;

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO**

5.1. Conforme proposta apresentada pela CONTRATADA e aceita pela CODEBA, o preço total do objeto contratado é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.2. No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. A despesa para atender a esta licitação está programada em dotação orçamentária própria, tombada sob o nº XXXXX, SD n.º XXXXXX, Classificação: XXXXXXXXX (XXXXXXX) em exercícios XXXXX e XXXXX.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA MEDIÇÃO, PAGAMENTO, REAJUSTES E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

### **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E AFERIÇÃO DE RESULTOS**

7.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento mensal considerará os seguintes critérios:

#### **Medição Quantitativa — Postos Efetivamente Ocupados:**

7.2. A unidade de medição será o posto/mês, considerando-se as horas efetivamente trabalhadas em cada posto de vigilância;

7.3. Serão glosados do pagamento mensal os valores correspondentes a:

a) Faltas não cobertas por substituto: desconto integral do valor do posto/dia;

- b) Atrasos superiores a 15 (quinze) minutos: desconto proporcional às horas não trabalhadas;
- c) Abandono de posto: desconto integral do turno, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- d) A comprovação das horas efetivamente trabalhadas dar-se-á mediante apresentação de folhas de ponto, preferencialmente eletrônicas, e relatórios de frequência emitidos pelo Vigilante Supervisor.

#### 7.4. Medição Qualitativa — Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

- a) Além da medição quantitativa, a execução contratual será avaliada mensalmente por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme indicadores estabelecidos neste item;
- b) O descumprimento das metas estabelecidas para cada indicador ensejará a aplicação de glosas no pagamento mensal, na forma prevista na tabela a seguir.

**Tabela de Indicadores de Desempenho:**

Nº	INDICADOR	META	FORMA DE AFERIÇÃO	GLOSA POR DESCUMPRIMENTO
1	Cobertura de Postos	≥ 98%	(Horas efetivas / Horas previstas) × 100, aferido por folhas de ponto e relatórios de frequência	0,5% do valor mensal por ponto percentual abaixo da meta
2	Tempo de Resposta a Ocorrências	≤ 5 minutos	Registro no Livro de Ocorrências com horários de comunicação e atendimento	0,3% do valor mensal por ocorrência com atraso
3	Apresentação e Uniformização	100% conformidade	Inspeções semanais aleatórias realizadas pelo Fiscal do Contrato	0,2% do valor mensal por não conformidade identificada
4	Equipamentos e Materiais Operacionais	100% funcionando	Checklist diário de equipamentos (rádios, lanternas, armamento, coletes)	0,3% do valor mensal por dia com equipamento inoperante
5	Rondas Realizadas	100% das programadas	Registros em bastão de ronda eletrônico ou Livro de Ocorrências	0,2% do valor mensal por ronda não realizada
6	Registro de Ocorrências	100% documentadas	Confronto entre registros do sistema	0,1% do valor mensal por ocorrência não registrada

			de controle de acesso e Livro de Ocorrências	
7	Conformidade ISPS-Code e Planos de Segurança Portuária	Zero não conformidades	Auditorias internas e externas; relatórios da Autoridade Marítima/ANTAQ	1,0% do valor mensal por não conformidade identificada
8	Treinamento e Certificação dos Vigilantes	100% com certificados válidos	Verificação mensal de certificados (CNV, ISPS-Code, reciclagens)	0,5% do valor mensal por vigilante em situação irregular

### 7.5. Fórmula de Cálculo do Pagamento Mensal:

7.5.1. O valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA será calculado pela seguinte fórmula:

**VALOR A PAGAR = VALOR MENSAL CONTRATADO – GLOSAS POR AUSÊNCIAS – GLOSAS IMR**

Onde:

Valor Mensal Contratado: valor global mensal previsto no contrato;

Glosas por Ausências: somatório dos descontos por faltas, atrasos e abandonos de posto;

Glosas IMR: somatório dos descontos aplicados em razão do descumprimento das metas dos indicadores de desempenho.

### 7.5.2. Fator de Qualidade e Consequências:

7.5.2.1. Será calculado mensalmente o Fator de Qualidade (FQ) da execução contratual, pela seguinte fórmula:

**FQ = (INDICADORES COM META ATINGIDA / TOTAL DE INDICADORES APLICÁVEIS) × 100**

7.5.2.1.1. Caso o Fator de Qualidade seja inferior a 80% (oitenta por cento) por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses alternados no período de 12 (doze) meses, a CODEBA poderá:

- a) Notificar a CONTRATADA para apresentar plano de ação corretiva no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- b) Instaurar processo administrativo para aplicação de sanções, conforme item 16 deste TR;

c) Rescindir o contrato por inexecução parcial reiterada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Procedimento de Aferição Mensal:**

ETAPA	PRAZO	RESPONSÁVEL
Entrega do Boletim de Medição e relatórios pela CONTRATADA	Até o 2º dia útil do mês subsequente	Preposto
Conferência de folhas de ponto, escalas e relatórios de ocorrências	Até o 5º dia útil	Fiscal Técnico
Aplicação do IMR e cálculo de glosas	Até o 7º dia útil	Fiscal Técnico
Emissão do Termo de Recebimento Provisório	Até o 8º dia útil	Fiscal Técnico
Manifestação da CONTRATADA sobre glosas (se houver)	3 dias úteis após notificação	Preposto
Análise da manifestação e decisão sobre glosas	Até o 10º dia útil	Gestor do Contrato
Emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Até o 12º dia útil	Gestor do Contrato
Certificação da Nota Fiscal	Conforme item 4.1.3	Gestor do Contrato

**Documentos para Aferição:**

7.6. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, junto com a Nota Fiscal, os seguintes documentos para fins de aferição:

- a) Folhas de ponto de todos os vigilantes, preferencialmente eletrônicas, assinadas pelo Vigilante Supervisor;
- b) Relatório consolidado de frequência por posto e por unidade (Sede, Porto de Salvador, Porto de Aratu-Candeias, Porto de Ilhéus);
- c) Cópia do Livro de Ocorrências do período ou relatório consolidado de ocorrências;
- d) Relatório de rondas realizadas, com horários e pontos de passagem;
- e) Checklist de verificação de equipamentos;
- f) Relação atualizada de vigilantes alocados, com indicação de CNV e validade dos certificados obrigatórios.

**Limite de Glosas e Sanções:**

7.7. O somatório das glosas aplicadas por meio do IMR em um único mês não poderá exceder 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato;

- a) Caso o descumprimento das metas enseje glosas superiores a 10% (dez por cento), o excedente será convertido em processo administrativo para aplicação das sanções previstas no item 16 do TR;
- b) As glosas aplicadas por meio do IMR não excluem a possibilidade de aplicação cumulativa de sanções contratuais, quando o descumprimento configurar infração prevista no item 16 do TR;

### **Revisão dos Indicadores:**

7.8. Os indicadores de desempenho e respectivas metas poderão ser revisados pela CODEBA, mediante justificativa técnica, nas seguintes hipóteses:

- a) Alteração das condições de execução do contrato;
- b) Modificação nos Planos de Segurança Portuária ou nas exigências do ISPS-Code;
- c) Constatação de que determinado indicador tornou-se inadequado ou insuficiente para aferir a qualidade do serviço;
- d) Por ocasião da prorrogação contratual.

**Parágrafo único.** A revisão dos indicadores será formalizada por meio de Termo Aditivo ao contrato, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

### **PAGAMENTO**

7.9. O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, em até 30 dias contados da emissão da Nota Fiscal a qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato – em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CODEBA.

7.10. Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a CONTRATADA:

7.11. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida às atividades contratadas;

7.12. A CONTRATADA deverá apresentar com a nota fiscal a seguinte documentação:

- a) Regularidade fiscal, perante as Fazendas Federal, Estadual/Distrito e Municipal;
- b) Regularidade com o FGTS;
- c) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- d) Apresentação dos comprovantes de quitação dos encargos trabalhistas de todos os trabalhadores envolvidos na execução do objeto.



7.13. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos neste subitem caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das penalidades previstas em Lei.

7.14. No que couber, os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos às retenções na fonte nos seguintes termos:

- a) Do imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, 40 na forma da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;
- b) Contribuição previdenciária, correspondente ao previsto em Lei, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações, e para empresas que aderiram à desoneração sobre a folha de pagamento o percentual previsto em lei;
- c) Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei complementar nº 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c a legislação distrital em vigor;
- d) Dos valores que tenham sofrido glosa.

7.15. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de resguardar qualquer tratamento diferenciado a que tenha direito por força da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.16. A CODEBA se reserva ao direito de sustar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem de acordo com a especificação, bem como não será efetuado pagamento enquanto a CONTRATADA estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação contratual ou legal, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

7.17. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deverá ser pago no prazo previsto, ficando glosado o valor correspondente à parcela controvertida.

7.18. Ocorrendo erros na apresentação da fatura, esta será devolvida para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isto gere encargos financeiros para a CODEBA.

7.19. A CODEBA fica autorizada a deduzir dos créditos da CONTRATADA os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas por esta, nos termos deste Contrato, além das deduções fiscais estabelecidas por lei.

7.20. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua 41 apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento,



em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100) \frac{365}{N} \times VP$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.21. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

## **REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL**

7.22. Quanto aos insumos e custos decorrentes do mercado, os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses da apresentação da proposta.

7.23. Quanto aos custos de mão-de-obra, os preços poderão ser repactuados a partir do advento de acordo, convenção ou dissídio coletivos aos quais a proposta esteja expressamente vinculada;

7.24. A revisão de preços poderá ser pleiteada no caso de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, superveniente à assinatura do contrato. Portanto, os licitantes devem ofertar preços compatíveis com a realidade e o conhecimento do seu mercado, sendo os únicos responsáveis pelas variações ordinárias e comuns de preços, que naturalmente ocorrem em todos os mercados devido à inflação oscilante, a qual somente se permite ser considerada como fator para reequilíbrio a cada 12 meses, contados da apresentação da proposta, na forma de reajuste.

## **REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DO CONTRATO**

7.25. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, conforme art. 54 da IN/MPOG nº05/17.

7.26. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

a) Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório; ou

b) Da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da

contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos.

c) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida;

d) As repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

7.27. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

7.28. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.29. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

a) Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

b) As particularidades do contrato em vigência;

c) O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

d) A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

e) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

f) a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante (CODEBA).

7.30. No caso de repactuação, será formalizada por apostila, conforme parágrafo 7º, do artigo 81, da Lei 13.303/2016.

7.31. A Codeba poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

7.32. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando da repactuação envolver revisão de custo de mão-de-obra em que o próprio fato

gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar a data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

7.33. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA CONTRATUAL**

8.1. A garantia contratual será de 3% (três por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.

8.2. A garantia deverá ser prestada pelo contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato e prorrogável uma vez por igual período e será liberada ou restituída após a elaboração do Termo de Encerramento do Contrato.

8.3. A validade da garantia deverá corresponder ao prazo de vigência contratual acrescido de três meses, devendo ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual e complementada em casos de aditivos e apostilamentos para reajustes e repactuações.

## **9. CLÁUSULA NONA – LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1. Os serviços serão executados nas unidades da CODEBA nos endereços constantes do quadro abaixo:

<b>UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>
PORTO DE SALVADOR E SEDE	AV. DA FRANÇA, 1551 - COMÉRCIO SALVADOR E SEDE 40.010-000 SALVADOR-BA
PORTO DE ARATU/ CANDEIAS	Via Matoim, s/n, Baía de Caboto Aratu/Candeias 43.800-000 Candeias - Ba
PORTO DE ILHÉUS	Rua Rotary, s/n - Cidade Nova Ilhéus 45.650-000 Ilhéus - Ba

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão realizados pela área demandante Gerência do Porto de Salvador, sendo subsidiária pela Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária e consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da CODEBA, na forma do art. 40, inciso VII da Lei nº 13.303/2016 de modo a permitir:

10.1.1. Acompanhar os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;

10.1.2. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

10.1.3. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

10.1.4. A satisfação do público usuário;

10.1.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no **art. 83 da Lei 13.303/2016**, que prevê advertência, multa, impedimento de contratar e declaração de inidoneidade.

10.1.6. O representante da CODEBA deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, na forma do art. 40, inciso VII da Lei nº 13.303/2016.

10.1.7. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 83 Lei nº 13.303/2016.

10.1.8. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

10.1.9. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

- a) Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição federal, sob pena de rescisão contratual;
- b) Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
- c) Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- d) Fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação;
- e) Pagamento do 13º salário;
- f) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- g) Realização de exames admissionais, demissionais, periódicos e apresentação do ASO;
- h) Treinamentos de segurança em atendimento às Normas Regulamentadoras, ex: proteção respiratória, uso, manutenção e higienização de EPI, e treinamento de reciclagem das atividades fim;

- i) Encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e CAGED;
- j) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
- k) Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;
- l) Apresentação dos programas PPRA e PCMSO.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **11.1. São obrigações da CODEBA:**

11.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e deste Termo de Referência.

11.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

11.1.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1.6. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

11.1.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

11.1.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

11.1.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.1.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.1.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. A CONTRADA, além do fornecimento da mão-de-obra, obriga-se a:

12.2. Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.3. Responsabilizar, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

12.4. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, com as funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

12.5. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo legal, observando o pagamento dos adicionais de periculosidade ou insalubridade, devidos de acordo com a função exercida;

12.6. Manter seu pessoal bem uniformizado, identificando-os através de crachás com fotografia recente;

12.7. Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CODEBA;

12.8. Exercer o controle sobre assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar Relatórios Mensais de Frequência (RMF), abatendo faltas e atrasos, não só dos proventos dos seus empregados como da fatura apresentada à CONTRATANTE.

12.9. O RMF deverá conter também a Unidade Administrativa da CONTRATANTE onde o prestador de serviço exerce suas atividades, acrescida do respectivo número do telefone para contato e acompanhamento, por parte do fiscal do contrato;

12.10. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

12.11. Manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela CODEBA;



12.12. Orientar o Vigilante Supervisor para que assuma a missão de garantir o bom andamento dos serviços, permanecendo no local do trabalho em horário comercial, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos seus executantes;

12.13. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;

12.14. Ressarcir à CODEBA os prejuízos causados pelos seus empregados ao patrimônio público, à Administração e a terceiros, quando da execução dos serviços contratados, independentemente de dolo ou culpa destes;

12.15. Nos casos de horas extras, os índices aplicados serão os estipulados pelo Sindicato da Categoria;

12.16. Cumprir a legislação vigente que regule a segurança, higiene, saúde, medicina do trabalho e meio ambiente, sob pena de embargos ou suspensão;

12.17. Ministrar cursos de treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho, no intervalo máximo de 12 meses, de acordo com as necessidades de cada categoria, e sempre que a CODEBA entender conveniente;

12.18. Encaminhar à CODEBA, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;

12.19. Possuir em seus quadros, pessoal de reserva, para que as substituições eventuais sejam feitas de imediato, sem prejuízo do serviço;

12.20. Substituir o empregado por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

- a) Falta justificada, no prazo máximo de sessenta minutos, a contar da ciência do afastamento;
- b) Gozo de férias;
- c) Solicitação do (s) gestor (es) do contrato.

12.21. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CODEBA, e vice-versa, por meios próprios ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisações dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;

12.22. A empresa CONTRATADA deverá providenciar o transporte dos colaboradores que atenderão aos postos de trabalho no Porto de Aratu, de maneira a contemplar as jornadas de trabalho administrativo e operacional, que deverá ocorrer às suas expensas;

12.23. Manter cópias dos exames admissionais, demissionários, periódicos e ASO à disposição da CODEBA;



12.24. Manter cópias do PPRA e PCMSO à disposição da CODEBA;

12.25. Manter o Vigilante Supervisor para gerenciar operacionalmente os demais vigilantes e para comandar, coordenar, e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da CODEBA;

12.26. Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados;

12.27. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;

12.28. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do representante mencionado no item anterior; e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

12.29. Pagar até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários de seu pessoal, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, as comprovações respectivas;

12.30. Observar os prazos legais e regulamentares na entrega ao seu pessoal dos vales-transportes e vale-refeição;

12.31. Em relação ao primeiro mês da prestação dos serviços, apresentar à CODEBA, cópias autenticadas em cartório – ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber dos seguintes documentos:

a) Relação nominal dos empregados em atividade, contendo nome completo, cargo ou função, remuneração, benefícios adicionais e seu quantitativo, endereço residencial, horário do posto de trabalho, RG e CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Cópia da CTPS dos empregados e dos responsáveis técnicos, quando for o caso, devidamente assinadas pela CONTRATADA;

c) Convenção ou acordo coletivo de trabalho aplicável, utilizado pela CONTRATADA para elaborar sua proposta vencedora;

d) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

e) Atestado de antecedentes civil e criminal daqueles que irão prestar os serviços;

f) Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre quitação dos encargos trabalhistas e sociais do contrato;

g) Carteira nacional de vigilante ou protocolo de pedido do registro na Polícia Federal, para os Vigilantes Patrimoniais;

12.32. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo;

12.33. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas;

12.34. Em relação ao último mês da prestação dos serviços, com a extinção ou rescisão do contrato, apresentar à Administração da CODEBA, cópias autenticadas em cartório – ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber dos seguintes documentos:

- a) Documentos relativos ao último mês da prestação dos serviços;
- b) Notificação de aviso prévio aos empregados desligados;
- c) Termos de rescisão de contrato de trabalho dos empregados utilizados na prestação de serviços contratados, devidamente homologados, quando exigível, pelo sindicato da categoria;
- d) Comprovante de pagamento das verbas rescisórias;
- e) Exames médicos demissionais dos empregados desligados;
- f) CTPS dos empregados demitidos;
- g) Guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS, quando exigíveis;

12.35. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pelo CONTRATADO, para serem formalmente esclarecidas.

12.36. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela CODEBA;

12.37. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CODEBA autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.38. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.39. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.40. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.41. Fornecer os uniformes e o material a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

12.36. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

12.42. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

12.43. Autorizar à CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

12.44. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria CODEBA (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;

12.45. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

12.46. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.47. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a 23 CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.48. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar Normas Internas da CODEBA;

12.49. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.50. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

12.51. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

12.52. Manter, durante a vigência deste contrato sede, filial ou escritório de representação na cidade de Salvador/BA ou na sua Região Metropolitana, Ilhéus/BA ou providenciar sua instalação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, com finalidade de facilitar a fiscalização e o acompanhamento do contrato por parte da CODEBA, bem como, operacionalizar o recrutamento e seleção da mão de obra envolvida nos serviços, além de acompanhamento regular e constante do cumprimento das rotinas de serviços e de facilitar o cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais;

12.53. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.54. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

12.55. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

12.56. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

12.57. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.58. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer sugestão de mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência;

12.59. A CONTRATADA deverá manter apólice de seguro de vida em grupo para os profissionais alocados na execução do contrato, em conformidade com a Lei nº 14.967/2024 e com as normas coletivas da categoria, devendo apresentar cópia da apólice vigente à CODEBA como condição de regularidade contratual.

12.60. A CONTRATADA deverá comprovar a formação técnica específica dos Vigilantes Patrimoniais alocados nos postos, através de Certificado do Curso de Formação de Vigilantes, expedido por Instituição habilitada e reconhecida;

12.61. A CONTRATADA deverá comprovar que todos os vigilantes disponibilizados para a execução dos serviços estão devidamente registrados e habilitados junto à Polícia Federal, conforme quantitativo exigido para o contrato, mediante a apresentação da Carteira Nacional de Vigilante válida ou documento equivalente que comprove o pedido de registro em tramitação, nos termos da legislação vigente.

12.62. Apresentar anualmente a renovação de autorização para funcionamento, em nome da empresa, emitida pelo Departamento da Polícia Federal, bem como todos os atestados, certidões e declarações de renovação de funcionamento e exercício da atividade;

12.63. Apresentar à CODEBA a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos;

12.64. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento em serviço nos Postos;

12.65. Fornecer colete à prova de balas para os vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica, nos termos da Portaria SIT/DSST n.º 191 da 04/12/2006;

12.66. Instruir aos seus empregados de que a arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da CODEBA, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

12.67. Manter em perfeito funcionamento todos os equipamentos, efetuando manutenção periódica e/ou substituindo de imediato aqueles que sofrerem danos;

12.68. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CODEBA;

12.69. Comprovar autorização para a utilização de equipamentos de radiocomunicações móveis, fixos ou portáteis, conforme norma nº 13/97 da Agência Nacional de Telecomunicação \_ ANATEL;

12.70. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CODEBA;

12.71. Impedir que o funcionário que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne às instalações da CONTRATANTE;

12.72. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da CODEBA, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho;

12.73. Comprovar que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos vigilantes de cada posto de serviço tenham conhecimento de técnicas de combate a incêndio através de curso de prevenção de incêndios;

12.74. Responsabilizar-se quando ocorrer desaparecimento de material, bens ou valores, por omissão ou negligência da CONTRATADA, devendo, no mínimo, arcar com o ônus da reposição do item;



12.75. Adotar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento a instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010: I). Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; 26 II. Prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências da CODEBA, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999; III. Respeitar as Normas Brasileiras — NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e IV. Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da CODEBA.

12.76. Fornecer a seus empregados, para a perfeita execução dos serviços, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário: I. Revólver calibre 38, para os postos diurnos e noturnos (armados); II. Munição calibre 38, sendo um blister com 10 unidades para cada arma utilizada; III. Cinto com coldre, baleiro e porta cassetete/PR24, sendo um para cada vigilante armado; IV. Cassetete/pr24; V. Lanterna tática recarregável, com no mínimo duas baterias para cada lanterna; VI. Colete balístico; VII. Rádio HT, com no mínimo duas baterias cada rádio. VIII. Crachá IX. Livro de Ocorrência; X. Apito e cordão; e XI. Lanterna e suas pilhas.

12.77. As armas, coletes, lanternas e cassetete/PR24 usados nos postos 12x36 diurnos armados poderão ser passados para os postos 12x36 noturno armado.

12.78. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços para os empregados;

12.79. A CONTRATADA deverá apresentar à CODEBA a Relação de Armas e cópias autenticadas dos respectivos Registro de Arma e Porte de Arma, que serão utilizadas pela mão de obra nos postos contratados;

12.80. Os equipamentos acima descritos deverão ser fornecidos ao vigilante no momento da implantação dos postos;

12.81. A CONTRATADA deverá manter as evidências de treinamentos de segurança e fichas individuais de fornecimento de EPI com o Vigilante Supervisor;

12.82. A munição fornecida deve possuir procedência de fabricante, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

12.83. Observar o disposto na CCT, quanto à utilização do colete à prova de balas. O colete deverá ser diverso do que estava sendo usado pelo vigilante que está sendo substituído, ou a empresa deverá fornecer, alternativamente, capa individual;

12.84. A empresa CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados, sempre que necessário, todo o equipamento de proteção individual (EPI) e acessórios que protejam a saúde e integridade física do trabalhador;

12.85. Caberá à CONTRATADA orientar os seus empregados quanto ao uso correto dos EPI, bem como, tornar o seu uso obrigatório; O empregado que se recuse a utilizar os EPI nos serviços, deverá ser penalizado e substituído no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sendo considerada a sua atitude como inconveniente, imprudente e perigosa; Uniformes;

12.86. A CONTRATADA deverá fornecer a seus empregados uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;

12.87. Os uniformes deverão ser submetidos previamente à aprovação da CONTRATANTE, logo após a assinatura do contrato, resguardado o direito de a 28 CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação;

12.88. O enxoval completo do uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário, nos quantitativos anuais indicados:

- a) Calça (02);
- b) Camisa manga longa (02);
- c) Camisa manga curta (02);
- d) Cinto de nylon (01);
- e) Cinto completo com coldre, baleiro e porta cassetete/PR24 (01);
- f) Par de sapatos ou coturnos (01);
- g) Par de meias (06);
- h) Jaqueta de frio ou japona (01);
- i) Capa de chuva com capuz (01);
- j) Capas de colete balístico (04), se a empresa não fizer a opção de fornecer um colete para cada vigilante;
- k) Emblema da empresa (01) com boné ou similar se a cobertura fizer parte do uniforme padrão da empresa;
- l) Plaqueta de identificação (01).

12.89. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- a) Tecido resistente, leve, confortável e arejado de acordo com o clima da região;
- b) Uniforme identificado com o nome ou logotipo da empresa CONTRATADA nas camisas e jaquetas;



- c) Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao Vigilante Supervisor;
- d) O modelo de uniforme dos vigilantes não será aprovado quando semelhante aos utilizados pelas Forças Armadas e Forças Auxiliares;
- e) Os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes deverão ser substituídos sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE;
- f) Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos uniformes e materiais deverá ser repassado aos seus empregados;

12.90. Deve ser fornecido O1 (um) enxoval completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo os itens serem substituídos a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

#### **DA SUBCONTRATAÇÃO DO SERVIÇO**

13.1. Os serviços licitados deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA.

#### **CONSÓRCIO, COOPERATIVA DO SERVIÇO**

13.2. Será admitida a participação de consórcio, observadas as disposições do art.48 do RILC/CODEBA.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**

14.1. Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, a CODEBA poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

14.1.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

14.1.1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações da CODEBA, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CODEBA e registrada no SICAF, nos seguintes casos:

- a) Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- b) Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

- c) Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- d) Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;
- e) Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.
- f) Todas as hipóteses tratadas no subitem i serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

14.1.1.2. Pela ÁREA DEMANDANTE, orientada pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto:

- a) Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- b) Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

14.1.1.3. MULTA: É a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pela ÁREA DEMANDANTE, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

14.1.2. Nos casos de atrasos:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
- e) 0,02% (dois centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 4% (quatro por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco)

dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;  
16.1.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
6	4,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	5
3	Manter empregado sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme sujo, manchado ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência;	1
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
Para os itens seguintes, deixar de:		
6	Zelar pelas instalações da DPU utilizadas, por item e por dia;	3
7	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	1
9	Entregar os salários, vales-transportes e/ou tíquete-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia.	2
10	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	2

11	Pelo atraso no fornecimento ou renovação dos uniformes, conforme previsto no Termo de Referência	2
12	Fornecer os uniformes para cada categoria, nas quantidades requeridas, por funcionário e por ocorrência	2
13	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.	6
14	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos, nas quantidades previstas no edital.	2
15	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	1
16	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	2

14.1.3. Quando as multas atingirem o limite de 10% (dez por cento) do valor do Pedido de Compra, a CODEBA poderá promover a rescisão parcial ou total do contrato.

14.1.4. Nos casos de recusa ou inexecução:

14.1.4.1. De 0,5% (meio por cento) sobre valor global do Pedido de Compra, atualizado na forma da lei, no caso de desatendimento de determinação da Fiscalização;

14.1.4.2. De 10% (dez por cento) sobre valor global da contratação, no caso de recusa injustificada em retirar o Pedido de Compra, configurando inadimplemento total;

14.1.4.3. De 10% (dez por cento) sobre valor global do Pedido de Compra, no caso de não manutenção das condições de Habilitação, inviabilizando a contratação; e

14.1.4.4. De 10% (dez por cento) sobre valor global do Pedido de Compra, no caso de não fornecimento, sob alegação de que o preço de mercado se tornou superior ao preço registrado.

14.1.4.5. A multa será formalizada por simples apostilamento e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

14.1.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEBA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

14.1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.1.7. **SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou CONTRATADA no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir.

14.1.8. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

14.1.9. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

14.1.10. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

14.1.11. Por até 5 (cinco) anos, quando a CONTRATADA:

- a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Receber qualquer das multas previstas no subitem.

14.1.12. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- a) O Setor responsável pelas licitações da CODEBA, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- b) A ÁREA DEMANDANTE, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

14.1.13. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial da União e registrada no SICAF.

14.2. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CODEBA, na Gerência Financeira da CODEBA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação.

14.3. Decorrido esse prazo, as multas devidas e/ou prejuízos serão deduzidos da garantia, ou ainda, inexistindo lastro garantidor, cobrados judicialmente

14.4. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos, ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

14.5. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

14.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CODEBA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CODEBA, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.10. É facultado à CONTRATADA interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

14.11. O recurso será dirigido para a ÁREA DEMANDANTE, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. Constituem motivo para a rescisão dos contratos firmados pela CODEBA:

- I. O descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- III. O desatendimento das determinações regulares do fiscal do contrato;
- IV. O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pela fiscalização do contrato;
- V. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;



VI. A fusão, cisão, incorporação, ou associação da Contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da CODEBA;

VII. A dissolução da sociedade ou o falecimento da Contratada;

VIII. Razões de interesse da CODEBA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;

IX. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

X. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

XI. Inobservância da vedação ao nepotismo;

XII. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CODEBA, direta ou indiretamente;

XIII. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

XIV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XV. O não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo administrativo, assegurado para a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, decididos pela autoridade de alçada.

15.3. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

16.1. Para o presente fornecimento deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental pela CONTRATADA:

16.1.1. Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 31 da Lei nº 13.303/2016 e com o art.6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;



16.1.2. Respeitar e aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR-15448-01 e 15448-2, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;

16.1.3. Atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

17.1. A extinção dos contratos firmados pela CODEBA se dará:

I. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

II. Pelo término do seu prazo de vigência;

III. Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA;

IV. Por ato unilateral da parte interessada, mediante aviso por escrito à outra parte com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CODEBA e esteja autorizado no contrato, na legislação em vigor ou neste regulamento;

V. Pela via judicial ou arbitral; e

VI. Em razão de rescisão contratual pela ocorrência de qualquer dos motivos elencados na Cláusula de Rescisão.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO, DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO**

18.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas na Lei 13.303/2016 e nos arts. 191 a 204 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, observado o procedimento previsto.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – MATRIZ DE RISCO**

19.1. Sendo cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora conforme item 28 do Termo de Referência – Matriz de Risco Contratual.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ANEXOS**

20.1. Integram o presente Acordo como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Termo de Referência: Contratação de serviços continuados de vigilância e segurança armada e desarmada, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência (TR) e Apensos;

b) Anexo II – Modelo Carta Proposta;

c) Anexo III - Declaração Unificada;

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

21.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

22.1. A CODEBA declara que está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados pessoais tratados no âmbito deste contrato.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL**

23.1. A garantia contratual será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.

23.2. A garantia deverá ser prestada pelo contratado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato e prorrogável uma vez por igual período e será liberada ou restituída após a elaboração do Termo de Encerramento do Contrato.

23.3. A validade da garantia deverá corresponder ao prazo de vigência contratual acrescido de três meses, devendo ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual e complementada em casos de aditivos e apostilamentos para reajustes e repactuações.

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO**

24.1. As partes elegem o foro da Seção Judiciária da Bahia do Tribunal Regional Federal da Primeira Região como o único competente para dirimir as dúvidas oriundas desta licitação e do contrato decorrente, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2. E por estarem assim perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, as partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo signatárias.

Salvador, ..... de ..... de .....

Pela CODEBA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF _____	CPF _____
Diretor-Presidente	Diretor da área Administrativa e Financeira

Pela CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
----------------------	----------------------

CPF _____	CPF _____
CARGO/FUNÇÃO	CARGO/FUNÇÃO

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: